

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Icatu Seguros S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, além dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. O faturamento (*) da Icatu Seguros S.A. em 2018 foi de R\$ 3,8 bilhões, o que representa um aumento de 17,8% em relação ao ano anterior. A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar alcançou R\$ 231,1 milhões. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 271,9 milhões em 2018. O patrimônio líquido atingiu R\$ 1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2018, obtendo um incremento de 13,7% em relação a 2017. As provisões técnicas de seguros e previdência complementar somaram R\$ 26,1 bilhões em 2018, atingindo um crescimento de 41,2% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da VanguardaCap Capitalização S.A. (antiga Cardiff Capitalização S.A.) da sua controlada Icatu Capitalização S.A., ato este submetido à SUSEP A VanguardaCap Capitalização S.A. (antiga Cardiff Capitalização S.A.) cessou a comercialização de planos de capitalização e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas em *run off*. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 357,7 milhões. A Icatu Seguros S.A. possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. A política de recursos humanos tem proporcionado à empresa figurar entre as melhores em seu ramo de atuação, sendo reconhecida por seus funcionários – pelo quarto ano consecutivo – como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, no ranking *Great Place to Work* (GPTW). A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019. A Administração.

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017		2018	2017
Ativo			Passivo		
Circulante	25.765.142	18.112.714	Circulante	4.134.572	3.086.248
Disponível	129.817	56.971	Contas a Pagar	190.043	177.031
Caixa e Bancos	114.199	56.971	Obrigações a Pagar	128.317	108.405
Equivalente de Caixa	Nota 5 15.618	-	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	21.357	25.211
Aplicações	25.180.040	17.677.503	Encargos Trabalhistas	10.839	10.275
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	156.741	132.438	Impostos e Contribuições	4.875	2.317
Prêmios a Receber	Nota 7 121.640	104.386	Excedente Técnico a Pagar	24.655	30.823
Operações com Seguradoras	7.383	10.866	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	126.545	124.217
Operações com Resseguradoras	27.718	17.186	Prêmios a Restituir	2.987	1.748
Créditos das Operações com Previdência Complementar	135	166	Operações com Seguradoras	15.335	17.670
Outros Créditos Operacionais	67.710	72.414	Operações com Resseguradoras	57.837	59.521
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	50.047	31.982	Corretores de Seguros e Resseguros	49.691	44.204
Títulos e Créditos a Receber	136.139	94.420	Outros Débitos Operacionais	695	1.074
Títulos e Créditos a Receber	Nota 9 124.830	70.023	Débitos de Operações com Previdência Complementar	2.534	2.174
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9 9.658	23.189	Débitos de Resseguros	192	197
Outros Créditos	1.651	1.208	Outros Débitos Operacionais	2.342	1.977
Despesas Antecipadas	694	54	Depósitos de Terceiros	Nota 13 110.210	44.454
Operacionais	667	-	Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14 2.288.851	1.653.558
Administrativas	27	54	Pessoas	522.139	510.731
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 16 43.819	46.766	Vida Individual	25.877	22.107
Seguros	Nota 14 42.394	44.532	Vida com Cobertura por Sobrevivência	1.740.835	1.120.720
Previdência	Nota 15 1.425	2.234	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15 1.416.389	1.084.814
Ativo Não Circulante	2.256.678	2.043.908	Planos Não Bloqueados	98.006	88.968
Realizável a Longo Prazo	1.486.345	1.274.140	PGBL/PRGP	1.318.383	995.846
Aplicações	Nota 5 1.133.517	932.784	Não Circulante	22.600.087	15.938.678
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Prov. Técnicas	Nota 16 26.285	16.403	Contas a Pagar	226.229	200.283
Títulos e Créditos a Receber	285.316	277.517	Obrigações a Pagar	35.958	17.518
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9 41.318	47.113	Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 17 190.271	182.765
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 17 243.998	230.404	Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14 12.627.635	8.321.464
Depósitos Compulsórios	397	252	Pessoas	300.495	283.009
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 16 40.830	47.184	Vida Individual	9.477	11.700
Seguros	Nota 14 34.260	40.671	Vida com Cobertura por Sobrevivência	12.317.663	8.026.755
Previdência	Nota 15 6.570	6.513	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15 9.732.086	7.401.644
Investimentos	Nota 10 528.667	551.416	Planos Não Bloqueados	399.240	353.888
Participações Societárias	528.575	551.324	PGBL/PRGP	9.332.846	7.047.756
Outros investimentos	92	92	Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 17 14.137	15.287
Imobilizado	19.432	13.049	Patrimônio Líquido	Nota 18 1.287.161	1.131.696
Imóveis de Uso Próprio	89	89	Capital Social	500.000	500.000
Bens Móveis	12.751	6.442	Reservas de Capital	35.577	35.577
Outras Imobilizações	6.592	6.518	Reservas de Lucros	682.630	535.321
Intangível	Nota 11 222.234	205.303	Ajustes de Avaliação Patrimonial	68.954	60.798
Outros Intangíveis	222.234	205.303	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	28.021.820	20.156.622
Total do Ativo	28.021.820	20.156.622			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2018	2017
Prêmios Emitidos	1.370.372	1.190.675
Contribuições para Cobertura de Riscos	4.803	4.536
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(2.331)	6.856
Prêmios Ganhos	Nota 21 1.372.844	1.202.067
Receita com Emissão de Apólices	4.528	4.556
Sinistros Ocorridos	Nota 22 (602.581)	(526.005)
Custos de Aquisição	Nota 22 (446.111)	(327.191)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 22 (36.385)	(81.270)
Resultado com Operações de Seguros	292.295	272.157
Receita com Resseguro	82.571	26.481
Despesa com Resseguro	(61.132)	(47.428)
Resultado com Operações de Resseguros	Nota 22 21.439	(20.947)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	2.430.004	2.001.792
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(1.235.036)	(1.125.295)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	Nota 4.2.5 1.194.968	876.497
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	1.943	34.530
Variação de Outras Provisões Técnicas	(1.204.578)	(880.108)
Custos de Aquisição	Nota 22 (49.336)	(30.886)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 22 (4.170)	(1.065)
Resultado com Operações de Previdência	(61.173)	(1.032)
Despesas Administrativas	Nota 22 (260.958)	(244.539)
Despesas com Tributos	Nota 22 (48.364)	(46.489)
Resultado Financeiro	Nota 22 70.687	109.549
Resultado Patrimonial	Nota 10 304.475	234.973
Resultado Operacional	318.401	303.672
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	Nota 22 114	185
Resultado antes dos Impostos e Participações	318.515	303.857
Imposto de Renda	Nota 23 8.186	7.953
Contribuição Social	Nota 23 (2.132)	(270)
Participações sobre o Lucro	(52.688)	(32.862)
Lucro Líquido do Exercício	271.881	278.678
Quantidade de Ações	640.969	640.969
Lucro Líquido por Ação - R\$	424,17	434,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	271.881	278.678
Outros Resultados Abrangentes	20.332	16.276
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	33.869	27.193
Imposto sobre o(a) ganho/(perda) originado no exercício	(13.537)	(10.917)
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	(12.175)	27.450
Total do Resultado Abrangente do Exercício	280.038	322.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades Operacionais	271.881	278.678
Lucro Líquido do Exercício	271.881	278.678
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4.470	14.845
Perda na alienação de permanente	(114)	(185)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(304.475)	(234.973)
Variação das Provisões Técnicas - Seguros	2.350.967	1.726.133
Variação das Provisões Técnicas - Previdência	1.678.337	1.176.728
Variação de Impostos sobre o Lucro	1.653	(40.509)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(7.695.114)	(4.969.738)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(24.303)	(16.595)
Créditos das operações de previdência complementar	31	95
Ativos de Resseguro	(27.947)	(5.298)
Créditos fiscais e previdenciários	13.531	(12.517)
Ativo fiscal diferido	5.795	(1.434)
Depósitos judiciais e fiscais	(13.594)	(28.857)
Despesas antecipadas	(640)	24
Custos de Aquisição Diferidos	9.301	8.353
Outros Ativos	71.551	(55.658)
Impostos e contribuições	4.757	87.832
Outras contas a pagar	44.382	76.188
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.328	33.196
Débitos de operações com previdência complementar	360	129
Depósitos de terceiros	65.756	12.113
Provisões técnicas - seguros e resseguros	2.590.497	1.465.619
Provisões técnicas - previdência complementar	983.680	725.102
Provisões judiciais	(1.150)	1.914
Outros passivos	-	(306)
Caixa Gerado pelas Operações	31.940	240.879
Impostos sobre o lucro pagos	(7.706)	(32.827)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	24.234	208.052
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	20.066	-
Imobilizado e Intangível	132	-
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(43.817)	(41.158)
Imobilizado e Intangível	(47.211)	(70.229)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	248.142	178.133
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	177.312	66.746
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(128.700)	(243.395)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(128.700)	(243.395)
Aumento Líquido de caixa no exercício	72.846	31.403
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.971	25.568
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	129.817	56.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	425.000	34.659	918	62.646	512.698	-	17.072	1.052.993
Aumento de Capital	75.000	-	-	-	(75.000)	-	-	-
Dividendos declarados e pagos AGO 03/2017	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	-	-	16.276	16.276
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	27.450	27.450
Destinação do Lucro Líquido:								
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	278.678	278.678
Dividendos intermediários pagos AGE 09/2017	-	-	-	-	(75.001)	-	-	(75.001)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(68.700)	(68.700)
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	13.934	-	-	(13.934)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	196.044	-	(196.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	500.000	34.659	918	76.580	458.741	-	60.798	1.131.696
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	-	-	20.331	20.331
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	(12.480)	(12.480)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	305	305
Dividendos declarados AGO de 03/2018	-	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	271.881	271.881
Destinação do Lucro Líquido:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	13.594	-	-	(13.594)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	108.287	-	(108.287)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(64.572)	(64.572)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	85.428	(85.428)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	500.000	34.659						

Icatu SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Icatu Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro – RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Icatu Seguros S.A. é controlada pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda. Quadro acionário da Companhia:

	Percentual de ações		
	ON	PN	Total
Nalbrapar Participações Ltda	54,25%	50,00%	53,69%
Icatu Holding S.A.	31,35%	50,00%	33,83%
Pessoas Naturais	14,40%	0,00%	12,48%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Base de Preparação: As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Com o objetivo de adequar as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, os valores de pagamentos de rendas, resgates e portabilidade externas do VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e do PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), antes alocados apenas na linha de previdência, foram segregados em "Provisões Técnicas – seguros" e "Provisões Técnicas – previdência complementar".

	2017	Ajustes 2017 (Reclassificado)	2.902.861
Ajustes do Lucro Líquido do Exercício:	2.902.861	-	2.902.861
Variação das provisões técnicas - seguros	2.651.813	(925.680)	1.726.133
Variação das provisões técnicas - previdência	251.048	925.680	1.176.728
Variação nas contas patrimoniais:	2.190.721	-	2.190.721
Provisões Técnicas - seguros	539.939	925.680	1.465.619
Provisões Técnicas - previdência complementar	1.650.782	(925.680)	725.102

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2019. **Base de Mensuração:** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Os passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. **Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **Use de Estimativas:** A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e pressupostos envolvem entre outros: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros (notas 4.2.1.3 e 5.3); (ii) redução ao valor recuperável de recebíveis (nota 3.1.c); (iii) provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR, PET e PCC (notas 3.7, 14 e 15); (iv) créditos tributários e previdenciários (nota 9); (v) provisões judiciais (nota 17); e (vi) diferimento dos custos de aquisição para os produtos de previdência complementar (notas 3.3 e 15). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e pressupostos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações. **3.1 Instrumentos Financeiros: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. **b) Instrumentos Financeiros não Derivativos: Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; **(ii) Disponíveis para venda** – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; **(iii) Mantidos até o vencimento** – Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e **(iv) Empréstimos e recebíveis** – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável: (i) Ativos Financeiros** – Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência (nota 7). **(ii) Ativos não Financeiros** – Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **d) Instrumentos Financeiros Derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos negociados na B3 e em mercado de balcão organizado, reconhecidos ao valor justo, que têm como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia dos riscos de mercado (nota 6). **3.2 Outros Créditos Operacionais:** Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas "Comissões a Pagar" e "Provisões Técnicas" (nota 8). **3.3 Custos de Aquisição Diferidos:** Nas operações de seguros, compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco (nota 14). Nas operações de previdência complementar, compreendem o diferimento do comissionamento pelo prazo médio calculado atuarialmente, com base na persistência da carteira (nota 15). **3.4 Investimentos:** As participações acionárias em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial" (nota 10). A Companhia tem participação em ações correspondentes a 1,92% do capital da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder"), que é contabilizada ao custo de aquisição. Os outros investimentos permanentes, não financeiros, estão contabilizados pelo valor de custo. **3.5 Imobilizado:** O imobilizado está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes" na demonstração do resultado. **3.6 Intangível:** O intangível é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno e, principalmente, por contrato de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias. A amortização é calculada pelo método linear e realizada a partir da data de uso do ativo. A vida útil é de cinco anos, a taxa de 20% a.a. para os gastos com aquisição de softwares e vinte anos, a taxa de 5% a.a. para o balcão de venda de acordo com os prazos e/ou vigência dos contratos. O intangível é avaliado a cada data de divulgação, quando há indício de perda sobre o valor do ativo e a sua recuperabilidade (nota 11). **3.7 Provisões Técnicas:** São constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT cujos valores são provenientes da Seguradora Líder. No passivo foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no ativo/passivo não circulante (notas 14 e 15). **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos:** As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB. As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **Provisão de Sinistros a Liquidar:** A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados:** Provisão constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que: (i) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. (ii) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão. **Provisão de Prêmios não Ganhos:** Provisão constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. **Provisão de Excedente Financeiro:** A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que substitui a cláusula de distribuição

de resultados financeiros. **Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar:** A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações. **Provisão de Despesas Relacionadas:** A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. **Provisão de Excedente Técnico:** Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. **Provisão Complementar de Cobertura:** Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). **3.8 Teste de Adequação dos Passivos:** A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2015-m e BR-EMSSb-V.2015-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ). Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de benefício definido (previdência tradicional), FGB – Fundo Garantidor de Benefício, Dotal Misto e para os benefícios já concedidos, conforme o art. 6 da Circular SUSEP nº 543/16, foi deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantido até o vencimento". O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP.

	2018	2017
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	703.326	629.129
Provisões Técnicas na data-base	(587.008)	(547.111)
Resultado do TAP	116.318	82.018
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	530.903	345.087
Valor de Mercado (ETTJ-SUSEP) dos "títulos mantidos até o vencimento"	(641.871)	(427.768)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	(110.968)	(82.681)
Resultado do TAP após dedução da diferença do valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	5.350	-

Conforme demonstrado, o resultado do teste apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, no valor de R\$ 5.350, sensibilizando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. **3.9 Provisões Judiciais e Obrigações Fiscais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Tal critério encontra-se baseado na experiência de pagamentos das ações judiciais ao longo dos últimos 5 (cinco) anos. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante; as provisões de natureza civil vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais (nota 17). As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR + 0,5% (mensal) para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (nota 17). **3.10 Resultado:** Os prêmios de seguros, cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas. As operações do DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação com a consorciada. Os resultados mensais são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração, conforme definido em instrumentos do consórcio. As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres. As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício. **3.11 Benefícios a Empregados:** Refere-se a plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados ("PLR") tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da empresa. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Líquido antes do Imposto ("LAIR") e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.12 Imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. A provisão para os impostos diferidos é constituída mediante aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo dos impostos corrente, valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com o fim da vigência da Lei nº 13.169 em 31/12/2018, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2019. **3.13 Contratos de Seguro:** Define-se como Contrato de seguro um contrato em que o emissor aceita em risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - contrato de seguro". **3.14 Novas Normas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente: **IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares: (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (iii) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações está em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP. **IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos – e suas interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma é voltada para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. A Companhia fez o levantamento de todos os contratos de aluguel vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de identificar se esses contratos possuem características de arrendamentos e com base nisso, mensurar os impactos contábeis no reconhecimento inicial. A avaliação dos impactos está em andamento, porém, com base nas características dos contratos existentes, a Companhia espera que os impactos decorrentes da adoção da norma não sejam significativos. **IFRS 17 – Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação e não o custo histórico. A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma. **4. GESTÃO DE RISCO:** A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de responsáveis pelos riscos – ou *risk owners*, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e Conselho de Administração. Por fim, a terceira linha de defesa, executada pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa. O gestor de riscos atua como figura central de todo o processo, sendo este responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, dentre elas os reportes aos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria, cada qual com suas respectivas atribuições não conflitantes, Diretoria e Conselho de Administração. O ciclo de Gestão de Riscos é composto por 8 etapas, executadas de forma integrada entre a primeira e segunda linhas de defesa. As etapas são as seguintes: (i) Revisão dos Riscos, (ii) Apuração Risco Inerente, (iii) Avaliação dos Controles, (iv) Apuração do Risco Residual, (v) Atualização das matrizes de Riscos, (vi) Priorização e tratamentos, (vii) Construção de Planos de Ação (P.A.) e (viii) Acompanhamento P.A. e Reporte. Os riscos são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados, e estão divididos em 4 classes, sendo os níveis diferenciados entre si da seguinte forma: Crítico: Potencial de impacto superior a 10% do último resultado anual da Companhia; Severo: Potencial de impacto superior a 5% e menor ou igual a 10% do último resultado; Moderado: Potencial de impacto superior a 0,5% e menor ou igual a 5% do último resultado; e - Reduzido: Potencial de impacto inferior a 0,5% do último resultado. Apetite a Riscos é um importante conceito adotado, aplicado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de *stress*, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

cenários de stress. Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade. **4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. **4.2 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos:** **4.2.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros:** **4.2.1.1 Risco de Crédito:** Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 24.443.776 (R\$ 16.995.277 em 31/12/2017). Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em escala nacional, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em Reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 1.256.399 (R\$ 997.844 em 31/12/2017). O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 116.923 (R\$ 28.573 em 31/12/2017). Em 31/12/2018 não há exposição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo. Em 31/12/2017 o volume das aplicações em créditos privados estava assim distribuído, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três:

Rating	31/12/2017 (Reclassificado*)			Total
	Debêntures	CDB/CDB	CRI	
AA+	-	-	7.336	7.336
BBB	-	15.620	-	15.620
BBB-	3.473	-	-	3.473
TOTAL	3.473	15.620	7.336	26.429

*O quadro de 31/12/2017 foi reclassificado visando considerar apenas o risco de crédito da companhia, ou seja, retirando os ativos de crédito privado de fundos atrelados a planos de previdência.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos, ações, derivativos e outras aplicações totalizam R\$ 512.077 (R\$ 562.164 em 31/12/2017). **4.2.1.2 Risco de Mercado:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados por meio do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desenvolvido pelos administradores fiduciários dos fundos. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) o VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94. (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2018			31/12/2017		
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	506	248	16.951.388	768	636	11.515.831
IGPM	1.123	3.701	764.495	-	636	676.794
IPCA	3.514	11.593	7.236.755	2.839	7.091	5.606.361
Ações	-	2.533	1.376.537	-	7.254	811.301
TOTAL	5.160	15.443	26.329.175	4.415	14.396	18.610.287

4.2.1.3 Risco de Liquidez: No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência, detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2018					
	Até 3 Meses ou S/Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	7.034.987	440.259	963.653	4.730.400	13.928.738	27.098.037
Caixa e Bancos	114.199	-	-	-	-	114.199
Equivalente de Caixa	15.618	-	-	-	-	15.618
Aplicações	6.301.420	431.540	955.045	4.709.939	13.915.613	26.313.557
Créditos das Operações	156.876	-	-	-	-	156.876
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	25.419	8.719	8.608	20.461	13.125	76.332
Títulos e Créditos a Receber	421.455	-	-	-	-	421.455
Passivos	2.208.341	1.055.622	3.716.547	6.408.935	13.331.077	26.720.522
Contas a pagar	416.272	-	-	-	-	416.272
Provisões Técnicas	1.552.780	1.055.622	3.716.547	6.408.935	13.331.077	26.064.961
Débitos das operações	129.079	-	-	-	-	129.079
Depósitos de terceiros	110.210	-	-	-	-	110.210

	31/12/2017					
	Até 3 Meses ou S/Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	4.252.111	621.605	713.844	4.040.276	9.521.880	19.149.716
Caixa e Bancos	56.971	-	-	-	-	56.971
Aplicações	3.747.158	615.934	707.826	4.027.274	9.512.095	18.610.287
Créditos das Operações	132.438	-	-	-	-	132.438
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	13.909	5.671	6.018	13.002	9.785	48.385
Títulos e Créditos a Receber	301.635	-	-	-	-	301.635
Passivos	1.696.906	734.353	2.610.816	4.528.352	9.437.038	19.007.465
Contas a pagar	377.314	-	-	-	-	377.314
Provisões Técnicas	1.150.921	734.353	2.610.816	4.528.352	9.437.038	18.461.480
Débitos das operações	124.217	-	-	-	-	124.217
Depósitos de terceiros	44.454	-	-	-	-	44.454

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. O saldo das aplicações financeiras no exercício é composto por quotas de fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$ 512.415 (R\$ 559.899 em 31/12/2017), quotas de fundos de investimento exclusivos e ativos em carteira própria, sendo os dois últimos compostos como segue:

	31/12/2018					
	Até 3 Meses ou S/Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	1.329.875	-	-	-	-	1.329.875
Certificados de Depósito Bancário	132.311	18.064	54.435	5.466	-	210.276
Debêntures de Distribuição Pública	11.926	79.893	136.617	705.612	2.337.980	3.276.265
Fundo de Invest. De Ações	25.348	-	-	-	-	25.348
Fundo de Invest. de Renda Fixa	18.756	-	-	-	-	18.756
Letras do Tesouro Nacional	8.262	375.400	379.847	796.340	88.417	1.310.406
Letras Financeiras do Tesouro	96.942	-	-	1.627.220	4.851.714	6.575.876
Notas do Tesouro Nacional	-	172.394	-	471.853	4.844.324	5.488.571
Fundos de Investimento Multimercado	28.699	-	-	-	-	28.699
Fundos de Investimento Imobiliário	3.697	-	-	-	-	3.697
Fundos de Investimento no Exterior	69.938	-	-	-	-	69.938
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	633.434	-	-	-	-	633.434
Operações Compromissadas	3.376.471	-	-	-	-	3.376.471
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	5.978	180.917	186.895
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	12.635	-	12.635
Letras Financeiras	140.269	70.764	352.163	953.246	464.710	1.981.152
Outros Ativos (Passivos)	3.763	45.257	32.244	40.089	102.441	223.794
Outras Aplicações	(79.303)	2.804	(261)	128	2.961	(73.671)
Circulante - Valor justo por meio de resultado	5.804.625	426.716	955.045	4.618.567	12.873.464	24.678.417
Notas do Tesouro Nacional	-	4.826	-	-	-	4.826
Circulante - Disponíveis para venda	-	4.826	-	-	-	4.826
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	83.218	507.942	591.160
Não Circulante - Disponíveis para venda	-	-	-	83.218	507.942	591.160
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	534.207	534.207
Não Circulante - Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	534.207	534.207
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	8.150	-	8.150
Não Circulante - Valor justo por meio de resultado	-	-	-	8.150	-	8.150
Total Exclusivos	5.804.625	431.542	955.045	4.709.935	13.915.613	25.816.760

	31/12/2017					
	Até 3 Meses ou S/Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	783.062	-	-	-	-	783.062
Certificados de Depósito Bancário	46.906	31.148	81.993	42.875	-	202.922
Debêntures de Distribuição Pública	11.926	52.571	125.207	836.484	788.872	1.815.060
Fundo de Invest. De Ações	9.036	-	-	-	-	9.036
Fundo de Invest. de Renda Fixa	20.506	-	-	-	-	20.506
Letras do Tesouro Nacional	33.814	227.494	2.339	1.633.082	661.218	2.557.947
Letras Financeiras do Tesouro	34.268	-	78.422	620.656	2.092.037	2.825.383
Notas do Tesouro Nacional	-	-	116.367	307.166	4.746.130	5.169.663
Fundos de Investimento Multimercado	8.235	-	-	-	-	8.235
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	251.533	-	-	-	-	251.533
Operações Compromissadas	1.844.638	-	-	-	-	1.844.638
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	634	2.260	2.202
Letras Financeiras	142.863	281.009	274.348	559.852	179.473	1.437.545
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	8.610	22.692	10.036	-	-	41.338
Notas Promissórias	-	580	-	10.642	104.688	115.910
Outras Aplicações	(8.139)	440	(351)	950	(2.002)	(9.102)
Circulante - Valor justo por meio de resultado	3.187.258	615.934	688.995	4.013.967	8.592.618	17.098.772
Notas do Tesouro Nacional	-	-	18.832	-	-	18.832
Circulante - Disponíveis para venda	-	-	18.832	-	-	18.832
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	4.790	574.393	579.183
Não Circulante - Disponíveis para venda	-	-	-	4.790	574.393	579.183
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	345.086	345.086
Não Circulante - Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	345.086	345.086
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	8.515	-	8.515
Não Circulante - Valor justo por meio de resultado	-	-	-	8.515	-	8.515
Total Exclusivos	3.187.258	615.934	716.342	4.018.757	9.512.097	18.050.388

4.2.2 Principais Riscos Associados a Resseguro: A Companhia possui contratos de resseguro automático da carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como produtos de risco de previdência. O contrato é administrado por um grupo de resseguradores conforme exposto abaixo:

Ressegurador	Tipo	Participação		Rating
		Excesso de Danos por Vida	Excesso de Danos por Catástrofe	
SCOR	Local	50%	50%	BBB pela Standard & Poor's
Swiss Re	Local	30%	0%	AA- pela Standard & Poor's
Hannover	Admitida	15%	20%	AA- pela Standard & Poor's
RGAA	Admitida	5%	0%	AA- pela Standard & Poor's
Terra Brasis	Local	0%	10%	AA+ pela Standard & Poor's
Austral Re	Local	0%	20%	brAAA pela Standard & Poor's

Os contratos atuais são não proporcionais, estruturados na modalidade de excesso de danos. A retenção da Companhia é por segurado, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices. **4.2.3 Risco Operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. A identificação dos riscos operacionais é realizada através dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação, caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorridos na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia. Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer controles para garantir que os processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais. Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. **4.2.4 Risco de Subscrição:** É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas. A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco ou resseguros. **4.2.5 Risco por Região e Ramo - Seguros e Previdência Complementar:** O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL no exercício:

Ramo	31/12/2018															
	Centro Oeste			Nordeste			Norte			Sudeste			Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%		
Vida em Grupo	32.131	4%	26.476	3%	9.389	1%	341.693	40%	440.155	52%	849.844	62%				
Prestamista	13.581	4%	(715)	0%	67	0%	61.524	20%	2							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2018	31/12/2017
Nível 1		
Ações de Cias Abertas	1.368.124	801.017
Futuros	(86)	(1.682)
Letras Financeiras do Tesouro	6.584.026	2.833.898
Notas do Tesouro Nacional	5.271.683	4.993.124
Letras do Tesouro Nacional	1.305.771	2.380.471
Opções	(439)	70
Debêntures de Distribuição Pública	2.359.243	1.355.606
Operações Compromissadas	3.204.218	1.660.472
Nível 2		
Letras do Tesouro Nacional	4.635	177.476
Notas do Tesouro Nacional	216.888	176.539
Operações Compromissadas	172.253	184.166
Letras Financeiras	1.981.152	1.437.545
Certificados de Depósito Bancário	210.276	202.922
Debêntures de Distribuição Pública	917.022	459.454
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	41.338
Certificados de Recebíveis Imobiliários	186.895	25.096
Fundos de Investimento Não Exclusivos	512.415	559.899
Fundos de Invest. de Ações	25.348	9.036
Fundos de Invest. de Renda Fixa	18.756	20.506
Fundos de Investimento Multimercado	28.699	8.235
Fundos de Investimento Imobiliário	3.697	-
Fundos de Investimento no Exterior	69.938	-
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	633.434	251.533
Notas Promissórias	223.794	115.910
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12.635	-
Ações de Cias Abertas	37	4.417
Futuros	(557)	(50)
Opções	13.126	2.096
Outras Aplicações	(124.001)	(31.908)

Total (I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

	31/12/2018	31/12/2017
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	392.234	413.703
Nível 2		
Notas do Tesouro Nacional	203.753	184.312
Total (II) Títulos disponíveis para venda	595.987	598.015

	31/12/2018	31/12/2017
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	173.651	-
Nível 2		
Notas do Tesouro Nacional	480.627	429.415
Total (III) Títulos mantidos até o vencimento	654.278	429.415
Total (I+II+III)	26.449.247	18.694.616

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da Companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da Companhia. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

	31/12/2018						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo	
AFS	Comprado	2019	ZAR/USD	308	11.974	Hedge Moeda	
AUD	Comprado	2019	AUD	5	820	Hedge Moeda	
AUD	Vendido	2019	AUD	1	164	Hedge Moeda	
CAD	Comprado	2019	CAD	1	171	Hedge Moeda	
CAD	Vendido	2019	CAD	1	171	Hedge Moeda	
CAN	Comprado	2019	CAD/USD	220	8.503	Hedge Moeda	
CLP	Vendido	2019	CLP	88	12.297	Hedge Moeda	
DAP	Comprado	2019	DI x IPCA	150	18.921	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2019	DI x IPCA	1.628	140.319	Hedge Índice	
DAP	Comprado	2020	DI x IPCA	5	605	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2020	DI x IPCA	1.388	65.120	Hedge Índice	
DAP	Comprado	2021	DI x IPCA	370	9	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2021	DI x IPCA	1.194	20.837	Hedge Índice	
DAP	Comprado	2022	DI x IPCA	104	11.470	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2022	DI x IPCA	1.039	61.041	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2023	DI x IPCA	2.282	108.644	Hedge Índice	
DAP	Comprado	2024	DI x IPCA	1	-	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2024	DI x IPCA	937	3.003	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2026	DI x IPCA	1.120	8.824	Hedge Índice	
DAP	Comprado	2028	DI x IPCA	13	1.043	Hedge Índice	
DDI	Vendido	2019	CDI/DOL	80	15.440	Hedge Moeda	
D11	Comprado	2019	CDI	1.144	114.109	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2019	CDI	5.639	545.340	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2020	CDI	150	13.855	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2020	CDI	11.089	1.019.484	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2021	CDI	19.435	1.679.777	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2021	CDI	3.917	327.934	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2022	CDI	742	58.753	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2022	CDI	2.861	224.488	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2023	CDI	5.932	427.614	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2023	CDI	3.178	227.176	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2024	CDI	210	13.231	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2025	CDI	1.509	89.525	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2025	CDI	2.673	158.590	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2026	CDI	30	1.612	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2027	CDI	214	10.434	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2027	CDI	2.457	119.780	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2029	CDI	73	2.933	Hedge Taxa pré fixada	
DOL	Comprado	2019	DOL	419	81.255	Hedge Índice	
DOL	Vendido	2019	DOL	525	102.658	Hedge Índice	
EUP	Vendido	2019	USD/EUR	780	34.655	Hedge Moeda	
EUR	Comprado	2019	EUR	4	890	Hedge Moeda	
GBP	Comprado	2019	GBP	15	2.592	Hedge Moeda	
IND	Comprado	2019	IBOVESPA	2.496	220.911	Hedge Índice	
IND	Vendido	2019	IBOVESPA	555	49.129	Hedge Índice	
ISP	Comprado	2019	S&P 500	607	296.013	Hedge Moeda	
ISP	Vendido	2019	S&P 500	2	975	Hedge Moeda	
JAP	Vendido	2019	JPY/USD	718	22.410	Hedge Moeda	
JPY	Comprado	2019	JPY	8	1.374	Hedge Moeda	
MEX	Comprado	2019	MXN/USD	419	16.355	Hedge Moeda	
MXN	Vendido	2019	MXN	13	1.910	Hedge Moeda	
SCS	Comprado	2019	OC1 X Dolar Treasury Notes 10	80	15.441	Hedge Índice	
T10	Vendido	2019	Anos	21	9.897	Hedge Índice	
WDO	Comprado	2019	WDO	21	815	Hedge Moeda	
WDO	Vendido	2019	WDO	106	4.120	Hedge Moeda	
WIN	Comprado	2019	IBOVESPA MINI	618	10.941	Hedge Índice	
WIN	Vendido	2019	IBOVESPA MINI	577	10.214	Hedge Índice	
ZAR	Vendido	2019	ZAR	1	94	Hedge Moeda	

	31/12/2017						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo	
AUD	Vendido	2018	AUD	3	466	Hedge Moeda	
DAP	Comprado	2018	DI x IPCA	2.626	315.493	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2018	DI x IPCA	522	52.113	Hedge Índice	
DAP	Comprado	2019	DI x IPCA	190	22.466	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2019	DI x IPCA	1.491	159.940	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2020	DI x IPCA	220	21.595	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2021	DI x IPCA	181	6.478	Hedge Índice	
DAP	Comprado	2022	DI x IPCA	60	5.948	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2022	DI x IPCA	710	40.223	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2023	DI x IPCA	1.855	167.882	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2024	DI x IPCA	38	1	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2026	DI x IPCA	35	2.788	Hedge Índice	
DDI	Comprado	2018	CDI/DOL	152	25.134	Hedge Moeda	
DDI	Vendido	2018	CDI/DOL	170	28.013	Hedge Moeda	
D11	Comprado	2018	CDI	2.923	286.377	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2018	CDI	14.289	1.147.866	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2019	CDI	2.460	230.192	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2019	CDI	7.559	682.266	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2020	CDI	1.520	130.117	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2020	CDI	14.035	1.147.866	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2021	CDI	3.357	258.861	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2021	CDI	9.853	723.993	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2022	CDI	157	10.861	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2023	CDI	802	49.858	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2023	CDI	451	28.037	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2024	CDI	285	15.427	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Comprado	2025	CDI	5.154	257.532	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2025	CDI	1.849	92.377	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2026	CDI	30	1.341	Hedge Taxa pré fixada	
D11	Vendido	2027	CDI	2.819	113.483	Hedge Taxa pré fixada	
DOL	Comprado	2018	DOL	507	84.096	Hedge Índice	
DOL	Vendido	2018	DOL	692	114.736	Hedge Índice	
EUR	Comprado	2018	EUR	10	1.982	Hedge Moeda	
IND	Comprado	2018	IBOVESPA	2.012	154.640	Hedge Índice	
IND	Vendido	2018	IBOVESPA	2.339	179.746	Hedge Índice	
ISP	Comprado	2018	S&P 500	548	242.379	Hedge Moeda	

31/12/2017						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
JPY	Comprado	2018	JPY	12	1.766	Hedge Moeda
MXN	Comprado	2018	MXN	35	4.438	Hedge Moeda
NZD	Vendido	2018	NZD	3	529	Hedge Moeda
T10	Vendido	2018	Treasury Notes 10 Anos	34	13.914	Hedge Índice
TRY	Vendido	2018	TRY	7	454	Hedge Moeda
WDO	Comprado	2018	WDO	43	1.423	Hedge Moeda
WDO	Vendido	2018	WDO	42	1.380	Hedge Moeda
WIN	Comprado	2018	IBOVESPA MINI	49	747	Hedge Índice
WIN	Vendido	2018	IBOVESPA MINI	276	4.242	Hedge Índice
ZAR	Vendido	2018	ZAR	5	465	Hedge Moeda

Swap						
Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
2012	2019	IPCA	CDI	3,57	6,91	-0,44
2012	2019	IPCA	CDI	18,53	35,81	-2,27
2012	2020	IPCA	CDI	3,57	6,95	-0,48
2012	2020	IPCA	CDI	18,53	36,05	-2,51
2012	2018	IPCA	CDI	12,18	20,53	0,46
2012	2018	IPCA	CDI	63,18	106,48	2,4
2012	2019	IPCA	CDI	12,18	20,56	0,44
2012	2019	IPCA	CDI	63,18	106,60	2,28

7. PRÊMIOS A RECEBER: A composição do saldo de prêmios a receber por ramo segue abaixo:

Ramos	31/12/2018	31/12/2017
Prestamistas	28.223	23.871
Acidentes Pessoais	17.732	11.306
Auxílio Funeral	746	504
Vida em Grupo	73.431	67.036
Vida Individual	12.487	7.179
Demais Ramos	2.117	1.734
Total de Prêmios a Receber </		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

10. INVESTIMENTOS: Os investimentos são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações		Quantidade de cotas	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN						31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Icatu Capitalização S.A.	376.127.276	41.866.951	-	100,00%	86.484	184.773	54.812	184.773	240.659	54.812	69.409
Brasilcap Capitalização S.A.	324.000.000	-	-	16,67%	231.264	381.121	119.554	63.533	60.404	18.773	37.604
Caixa Capitalização S.A.	8.000	-	-	24,50%	210.000	340.009	108.536	83.303	109.894	34.874	33.258
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	-	-	80.245.081	99,99%	80.245	46.443	1.504	46.442	44.938	1.504	309
Banrisul Icatu Participações S.A.	88.877.773	-	-	50,01%	91.024	167.280	81.124	83.656	71.097	40.570	29.369
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	-	100,00%	4.699	7.560	1.595	7.560	6.344	1.595	1.167
Itumbiara Participações Ltda.	-	-	4.654.870	100,00%	4.655	1.681	(1.125)	1.681	2.501	(1.125)	(328)
Icatu Assessoria Ltda.	-	-	86.686	99,99%	954	8.022	36.467	8.021	3.522	36.466	19.030
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	-	301.200	99,00%	301	15.411	118.097	15.257	312	116.916	45.142
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	287.911	-	-	1,92%	15.000	16.836	1.112	327	642	20	13
Rio Grande Capitalização S.A.	-	-	-	0,00%	20.000	20.080	153	-	11.000	-	-
Vanguardacap Capitalização S.A.	31.487.468	-	-	100,00%	31.488	34.009	3.562	34.009	-	78	-
Outras Participações Societárias [a]	-	-	-	-	-	-	-	13	11	(8)	-
Total das Participações Acionárias								528.575	551.324	304.475	234.973
Outros investimentos [b]	-	-	-	-	-	-	-	92	92	-	-
Total de Investimentos								528.667	551.416	304.475	234.973

a) Investidas Icatu S.A. de Capitalização e Ahorro e Icatu Seguridade S.A.

b) Obras de Arte.

A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

Icatu Capitalização S.A.	Saldo em 31/12/2016		Adições	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas/Transf.	Dividendos	JSCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2018
	31/12/2016	31/12/2017												
Icatu Capitalização S.A.	172.300	-	(16.485)	15.435	69.409	240.659	-	-	(88.231)	(11.800)	(10.667)	54.812	184.773	
Brasilcap Capitalização S.A.	75.197	-	(52.397)	-	37.604	60.404	-	-	(12.154)	(3.490)	-	18.773	63.533	
Caixa Capitalização S.A.	95.083	-	(30.397)	11.950	33.258	109.894	-	-	(59.838)	-	(1.627)	34.874	83.303	
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	4.630	39.999	-	-	309	44.938	-	-	-	-	-	1.504	46.442	
Banrisul Icatu Participações S.A.	54.541	-	(13.951)	1.138	29.369	71.097	-	-	(27.825)	-	(186)	40.570	83.656	
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	5.454	-	(277)	-	1.167	6.344	-	-	(379)	-	-	1.595	7.560	
Itumbiara Participações Ltda.	3.102	800	-	(1.073)	(328)	2.501	-	-	-	-	305	(1.125)	1.681	
Icatu Assessoria Ltda.	3.991	-	(19.499)	-	19.030	3.522	32	-	(31.999)	-	-	36.466	8.021	
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	1	297	(45.128)	-	45.142	312	-	-	(101.971)	-	-	116.916	15.257	
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	396	233	-	-	13	642	59	-	(67)	(327)	-	20	327	
Rio Grande Capitalização S.A.	-	11.000	-	-	-	11.000	9.000	(20.000)	-	-	-	-	-	
Vanguardacap Capitalização S.A.	-	-	-	-	-	-	34.716	-	(785)	-	-	-	78	
Outras Participações Societárias (a)	11	-	-	-	11	10	-	-	-	-	-	(8)	13	
Total	414.706	52.329	(178.134)	27.450	234.973	551.324	43.817	(20.067)	(323.509)	(15.290)	(12.175)	304.475	528.575	

(a) Investidas Icatu S.A. de Capitalização e Ahorro e Icatu Seguridade S.A.

Em 28/12/2018 a Icatu Seguros S.A. adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Vanguardacap Capitalização S.A. (antiga Cardiff Capitalização S.A.) mediante dação em pagamento de dividendos a receber da Icatu Capitalização S.A., no montante de R\$ 34.716, valor equivalente ao total do patrimônio líquido da Vanguardacap Capitalização S.A. (antiga Cardiff Capitalização S.A.) em 30/11/2018. O pedido de transferência de controle acionário indireto foi submetido à aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e autuado sob o processo nº 154.14.602210/2019-61. A Vanguardacap Capitalização S.A. (antiga Cardiff Capitalização S.A.) cessou a comercialização de planos de capitalização em 31/08/2018, na data da efetiva transferência do seu controle acionário para Icatu Capitalização S.A., controlada pela Icatu Seguros S.A., e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

11. INTANGÍVEIS: Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

Desenvolvido Internamente	Adquirido de Terceiros					Total
	Marcas e Patentes	Sistemas de Computação	Sistemas de Computação	Sistemas Aplicados	Balcão de Venda (a)	
Saldo em 31/12/2016	71	7.549	250	2.561	137.612	148.043
Adições	-	7.579	148	586	60.000	68.313
Baixas	-	(193)	-	-	-	(193)
Reclassificação	-	56	-	(56)	-	-
Amortização	-	(1.539)	(35)	(1.632)	(7.654)	(10.860)
Saldo em 31/12/2017	71	13.452	363	1.459	189.958	205.303
Adições	-	22.612	85	10.558	3.000	36.255
Baixas	-	(1.208)	(87)	-	-	(1.295)
Reclassificação	-	71	(71)	-	-	-
Amortização	-	(1.938)	(123)	(4.895)	(11.073)	(18.029)
Saldo em 31/12/2018	71	32.989	167	7.122	181.885	222.234

(a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas, previdência e capitalização nos canais de distribuição do Banco Banrisul S.A.. Será amortizado pelo prazo de vigência do contrato que é de 20 anos.

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR: O passivo circulante "Obrigações a Pagar" é composto da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	2.065	1.093
Participação nos Lucros a Pagar	32.859	25.046
Pagamentos a realizar	8.413	6.993
Dividendos / JSCP a Pagar	64.571	58.395
Outras - Portabilidades e PGBL	6.305	4.809
Provisão Fundo de Marketing	2.176	114
Obrigações em Compensação	2.561	2.886
Obrigações a Pagar - Campanhas	4.830	6.574
Outras Contas a Pagar	3.027	1.957
Provisões indedutíveis	1.510	538
Total	128.317	108.405

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
1 até 30 dias	104.324	34.718
31 até 60 dias	1.068	1.934
61 até 120 dias	924	1.489
121 até 180 dias	516	1.622
181 até 365 dias	1.240	1.870
mais de 365 dias	2.138	2.821
Total	110.210	44.454

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2016		Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2017	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2018
	31/12/2016	31/12/2017								
Prêmios não Ganhos	124.606	30.754	(42.580)	-	-	112.780	30.069	(34.643)	-	108.206
Prêmios não Ganhos - RVNE	12.616	19.286	(17.567)	-	-	14.335	14.523	(11.430)	-	17.428
Sinistros a Liquidar	281.914	321.675	(362.083)	19.648	261.154	777.922	(791.059)	25.173	273.190	
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	364.755	445.787	(407.335)	11.772	414.979	1.940.292	(1.934.299)	8.066	429.038	
Benefícios a Conceder	5.927.870	5.114.283	(2.694.293)	731.506	9.079.366	9.597.733	(5.452.721)	720.269	13.944.647	
Benefícios Concedidos	23.484	21.655	(5.915)	2.169	41.393	14.377	(7.542)	3.990	52.218	
Excedente Financeiro	2	-	(1)	10	11	-	(9)	(2)	-	
Provisão de Despesas Relacionadas	3.553	12.682	(9.361)	102	6.976	17.441	(13.394)	65	11.088	
Excedente Técnico	4.916	11.526	(12.406)	-	4.036	15.059	(14.356)	-	4.739	
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valores a Regularizar	39.554	316.703	(316.144)	(121)	39.992	722.245	(687.427)	1.093	75.903	
Complementar de Cobertura	-	-	-	-	-	96	(67)	-	29	
Total	6.783.270	6.294.351	(3.867.685)	765.086	9.975.022	13.129.757	(8.946.947)	758.654	14.916.486	

Custos de Aquisição Diferidos - Seguros

	31/12/2016	Constituições	Amortizações	Transferência	31/12/2017	Constituições	Amortizações	Transferência	31/12/2018
Total	92.947	10.602	(18.346)	-	85.203	5.977	(14.526)	-	76.654

Abaixo, o resultado da análise de sensibilidade quando da alteração da simulação de variações da sinistralidade e da taxa de desistência dos cenários estimados:

VARIÁVEL	Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Sinistralidade	Aumento de 5% de Sinistralidade	14.995	14.995	12.009	11.384
Sinistralidade	Redução de 5% de Sinistralidade	(14.995)	(14.995)	(12.009)	(11.384)
Taxa de Desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	-	-	106	106
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	-	-	(205)	(205)

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Sinistralidade, a premissa de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações analisadas. Na Desistência/cancelamento, o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média observada. O desenvolvimento de sinistros a liquidar de seguros e previdência, está demonstrado a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	412.694	377.487	412.869	452.989	416.937	524.065	2.597.041
1 ano após o aviso	419.875	383.519	467.123	487.412	462.613	-	2.220.542
2 anos após o aviso	415.809	386.978	474.152	492.416	-	-	1.769.355
3 anos após o aviso	419.355	386.680	489.029	-	-	-	1.295.064
4 anos após o aviso	426.141	392.985	-	-	-	-	819.126
5 anos após o aviso	434.670	-	-	-	-	-	434.670
Estimativa na data base (2018) [a]	434.670	392.985	489.029	492.416	462.613	524.065	2.795.778
Pagamentos efetuados [b]	413.848	374.394	447.411	467.483	448.873	408.166	2.560.175
Sinistros pendentes [c] = [a] - [b]	20.822	18.591	41.618	24.933	13.740	115.899	235.603
Sinistros Pendentes Fora da Análise *	-	-	-	-	-	-	24.716
Valor de Sinistros Pendentes	-	-	-	-	-	-	260.319
Sinistros a Liquidar DPVAT	-	-	-	-	-	-	15.020
Sinistros a Liquidar Total	-	-	-	-	-	-	275.339

* Os sinistros com aviso anteriores a 2013 e as Rendidas Vencidas e Não Pagas estão contempladas no item "Sinistros Pendentes Fora da Análise". Abaixo, um quadro com a movimentação das provisões judiciais civis relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do Início do Exercício	120.814	140.469
Total Pago no Exercício	(43.182)	(47.229)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

Análise de Sensibilidade - Previdência. As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência/cancelamento, o stress de 10% representa o dobro da oscilação média observada. Na Conversão em renda o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos, um stress de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado. O teste indicou impacto quanto ao aumento da Taxa de Juros e agravamento na taxa de sobrevivência.

VARIÁVEL	Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		31/12/2018	31/12/2017
Acumulação/Sobrevivência		Bruto/Líquido de Resseguro	Bruto/Líquido de Resseguro
Conversão em Renda	Aumento de 5% na Premissa de Conversão em Renda	2.451	-
Conversão em Renda	Redução de 5% na Premissa de Conversão em Renda	(2.450)	-
Taxa de Juros	Redução de 1% a.a. na Taxa de Desconto (ETTJ)	10.608	22.017
Taxa de Juros	Aumento de 1% a.a. na Taxa de Desconto (ETTJ)	(5.285)	-
Sobrevivência	Agravamento de 10% na Taxa de Sobrevivência	8.896	-
Sobrevivência	Redução de 10% na Taxa de Sobrevivência	(5.285)	-
Taxa de Desistência	Redução de 10% na Taxa de Desistência	3.330	-
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na Taxa de Desistência	(3.123)	-

16. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS. Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	26.064.961	18.461.480
Ajustes:		
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)[a]	(37.333)	(43.549)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores)[b]	(59.070)	(33.747)
Efeito Monetário [c]	110.968	82.018
Necessidade de Cobertura	26.079.526	18.466.202

Ativos Oferecidos em Garantia		31/12/2018	31/12/2017
Debêntures	-	3.473	-
Certificados de Recibo Imobiliário	-	7.336	-
Certificado de Depósito Bancário	-	15.620	-
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	25.909.232	18.096.654	-
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	512.415	559.899	-
Total dos Ativos Oferecidos em Garantia	26.421.647	18.682.982	-

Ativos Bloqueio Judicial		31/12/2018	31/12/2017
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	-	11.982	11.634
Total	11.982	11.634	-

Equivalentes de Caixa		31/12/2018	31/12/2017
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	-	15.618	-
Total	15.618	15.618	-

Total de Aplicações [d]		31/12/2018	31/12/2017
Valor Excedente de Ativos Vinculados à Cobertura	-	26.449.247	18.694.616
Total	26.449.247	18.694.616	-

a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 43.819 e Não Circulante R\$ 40.830, total R\$ 84.649 sendo redutores R\$ 37.333 e não redutores R\$ 47.316. b) Provisões Técnicas - Resseguros: Circulante R\$ 50.047 e Não Circulante R\$ 26.285, total de R\$ 76.332 sendo redutores R\$ 59.070 e não redutores R\$ 17.262. c) Em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, acrescenta-se ao total a ser coberto efeito monetário utilizado no TAP (nota 3.8). d) Os títulos

Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais. No grupo "Outras Contas a Pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2016		Atualização Monetária		Pagamentos / Baixas		Saldo em 31/12/2017		Atualização Monetária		Pagamentos / Baixas		Saldo em 31/12/2018	
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2018	
Contribuição Social	49.797	-	4.668	-	54.465	539	2.987	-	57.991	-	-	-	57.991	
COFINS	86.332	5.165	5.403	-	96.900	6.478	3.635	(7.113)	99.900	-	-	(7.113)	99.900	
PIS	27.008	839	1.541	-	29.388	1.053	1.007	(1.155)	30.293	-	-	(1.155)	30.293	
Outros Impostos	2.133	-	26	(147)	2.012	-	65	-	2.077	-	-	-	2.077	
Total - Obrigações Fiscais	165.270	6.004	11.638	(147)	182.765	8.070	7.694	(8.268)	190.261	8.070	7.694	(8.268)	190.271	
AFAC*	-	-	-	-	-	10	-	-	10	-	-	-	10	
Total - Outras Contas a Pagar	165.270	6.004	11.638	(147)	182.765	8.080	7.694	(8.268)	190.271	8.080	7.694	(8.268)	190.271	

* Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para a Icatu Soluções em Seguridade LTDA.

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2018	Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2018	Valor atualizado em 31/12/2017
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Provável	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 73.020	R\$ 67.524	R\$ 57.991	R\$ 54.465
PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 126.546, sendo R\$ 107.867 de COFINS e R\$ 18.679 de PIS	R\$ 113.969, sendo R\$ 97.654 de COFINS e R\$ 16.315 de PIS	R\$ 116.134, sendo R\$ 99.900 COFINS e R\$ 16.234 PIS	R\$ 112.646, sendo R\$ 96.900 COFINS e R\$ 15.746 PIS
PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	R\$ 6.800	R\$ 6.661	R\$ 5.710	R\$ 5.570
PIS - Incidência sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 10.479	R\$ 10.146	R\$ 8.349	R\$ 8.072
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	2ª instância	R\$ 718	R\$ 698	-	-

Depósitos Judiciais e Fiscais. Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis	15.809	20.631
Trabalhistas	2.702	3.276
Fiscais	225.446	206.432
Outros	41	65
Total	243.998	230.404

Segue abaixo a movimentação dos Depósitos Judiciais Fiscais:

	Saldo em 31/12/2016		Atualização Monetária		Pagamentos / Baixas		Saldo em 31/12/2017		Atualização Monetária		Pagamentos / Baixas		Saldo em 31/12/2018	
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2018	
Contribuição Social	56.953	5.944	4.627	-	67.524	1.937	3.559	73.200	-	-	-	-	73.200	
COFINS	86.397	5.321	5.936	-	97.654	5.961	4.252	107.867	-	-	-	-	107.867	
PIS	30.541	865	1.716	-	33.122	1.614	1.222	35.958	-	-	-	-	35.958	
CPMF	668	-	30	-	698	-	20	718	-	-	-	-	718	
Outros	2.533	6.240	358	(1.697)	7.434	9	440	7.883	-	-	-	-	7.883	
TOTAL	177.092	18.370	12.667	(1.697)	206.432	9.521	9.493	225.446	9.521	9.493	225.446	9.493	225.446	

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. O capital subscrito e integralizado de R\$ 500.000 é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. As Reservas de Lucros de R\$ 682.630 (R\$ 535.321 em 31/12/2017) são compostas por: Reserva Legal de R\$ 90.174 (R\$ 76.580 em 31/12/2017) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76. Reserva Estatutária de R\$ 507.028 (R\$ 458.741 em 31/12/2017) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Dividendo Adicional Proposto de R\$ 85.428, referente à dividendo complementar. Conforme disposição estatutária, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 64.572, referente à 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em março de 2018, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 60.000 (R\$ 100.000 em 2017) com recursos da Reserva Estatutária. A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 68.954 (R\$ 60.798 em 31/12/2017).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO. Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores:

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	1.287.161	1.131.696
Ajustes contábeis	(740.661)	(717.676)
Participação Coligadas e Controladas	(528.575)	(551.324)
Despesas Antecipadas	(694)	(54)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(2.195)	(3.416)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (-)	(15.676)	-
Ativos Intangíveis	(222.234)	(205.303)
Obras de Arte	(92)	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (-)	(20.780)	-
Ajuste contábil - 50% Ativos intangíveis Ponto de venda 15% CMR (+)	49.585	42.513
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	22.039	14.931
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	61.032	45.475
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados	(61.032)	(45.110)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	22.039	14.566
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	568.539	428.951
Capital Base (CB)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	46.520	56.825
Capital de Risco de Subscrição	261.120	220.349
Capital de Risco - Mercado	61.150	42.067
Capital de Risco - Redução por correlação	(59.532)	(51.092)
Capital de Risco - Operacional	21.310	15.273
Capital de Risco (CR)	330.568	283.422
Capital Mínimo Requerido - CMR = (MAX(CB,CR))	330.568	283.422
Suficiência	237.971	145.529
Razão PLA/CMR	1,72	1,51

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

20. PARTES RELACIONADAS: Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas são como se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	140.961	92.792
Dividendos a Receber	114.917	62.793
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) [c]	8.283	7.899
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) [c]	11.800	16.485
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) [c]	379	277
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controlada) [c]	14.270	8.950
Icatu Assessoria Ltda. (Coligada) [c]	20.000	17.500
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Controlada) [b]	59.400	11.682
VanguardaCap Capitalização S.A. (Controlada) [b]	785	-

mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 120.072 (R\$ 84.329 em 31/12/2017) maior que o valor contábil (nota 5.1)

17. PROVISÕES JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS. Provisões Judiciais. O valor total em discussão dos processos judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$294.491 (R\$274.504 em 31/12/2017) que é composto principalmente por causas Cíveis relacionadas à operação no montante de R\$198.726 (R\$180.133 em 31/12/2017) demonstrado na Nota 14. O saldo remanescente é composto pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios, estão classificadas no passivo não circulante na rubrica de "Outros Débitos", conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de Perda	Causas Cíveis - Não Relacionadas a Sinistros/Benefícios			Causas Trabalhistas		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	253	7.682	7.682	273	9.259	9.259
Possível	763	57.058	-	807	55.554	-
Remota	61	36.071	-	76	28.085	-
Total	1.077	100.811	7.682	1.156	92.898	9.259

Probabilidade de Perda	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	68	5.026	5.026	67	4.820	4.820
Possível	44	9.721	-	64	8.537	-
Remota	7	2.115	-	9	2.727	-
Total	119	16.862	5.026	140	16.084	4.820

Probabilidade de Perda	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	7	1.429	1.429	6	1.208	1.208
Possível	58	28.986	-	61	30.280	-
Remota	3	1.777	-	3	1.748	-
Total	68	32.192	1.429	70	33.236	1.208

Movimentação de Provisões Judiciais, incluindo as provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros e benefícios discriminadas na nota 14:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldos em 31/12/2016	147.915	3.124	2.803
Causas Adicionais	40.732	4.270	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(36.385)	(81.270)	Despesas Financeiras	(1.935.698)	(1.664.280)
Despesas com Cobrança	(4.580)	(4.393)	Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas -		
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	469	(3.324)	Previdência	(672.709)	(721.051)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(5.103)	(1.816)	Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(758.654)	(765.086)
Prestação de Serviço Ativo	(5.373)	(6.556)	Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Receitas c/ Operações Seguros	47.006	16.655	Quotas de Fundos de Investimento	(498.825)	(171.350)
Despesas c/ Operações Seguros	(67.316)	(79.677)	Títulos de Renda Fixa	-	(148)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(1.488)	(2.159)	Outras Despesas Financeiras	(5.510)	(6.645)
Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência	21.439	(20.947)	Ganhos e Perdas com Ativos Não correntes	114	185
Receita com Resseguro - Seguros	82.194	26.495	Resultado Alienação Bens Ativo Permanente	114	185
Receita com Resseguro - Previdência	377	(13)	23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:		
Despesa com Resseguro - Seguros	(60.878)	(47.179)			
Despesa com Resseguro - Previdência	(254)	(250)			
Custos de Aquisição - Previdência	(49.336)	(30.886)			
Comissões sobre Prêmio Retido	(46.289)	(28.056)			
Outras Despesas de Comercialização	(3.047)	(2.830)			
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Previdência	(4.170)	(1.065)			
Despesas de Custeamento de Vendas	(77)	(209)			
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(4.093)	(856)			
Despesas Administrativas	(260.958)	(244.539)			
Pessoal Próprio	(126.196)	(125.211)			
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(1.060)	(1.595)			
Serviços de Terceiros	(31.593)	(33.789)			
Localização e Funcionamento	(64.991)	(52.575)			
Publicidade e Propaganda	(28.463)	(24.551)			
Consórcio DPVAT	(4.515)	(3.515)			
Outras Despesas Administrativas	(4.140)	(3.303)			
Despesas com Tributos	(48.364)	(46.489)			
Impostos	(986)	(1.452)			
COFINS	(36.681)	(35.379)			
PIS	(6.381)	(6.412)			
Taxa de Fiscalização	(3.979)	(2.818)			
Outras Despesas com Tributos	(337)	(428)			
Resultado Financeiro	70.687	109.549			
Receitas Financeiras	2.006.385	1.773.829			
Categoria - Disponível para Venda					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	65.316	26.127			
Categoria - Mantidos até o vencimento					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	66.739	24.308			
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado					
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.816.994	1.638.488			
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	33.227	47.763			
Títulos de Renda Fixa	166	2.949			
Consórcio DPVAT	9.572	14.843			
Juros sobre Capital Próprio	-	5.012			
Outras Receitas Financeiras	14.371	14.339			

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros: Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga - Luciano Soares - Marcos Pessoa de Queiroz Falcão

Contador: Marcos Celio Santos Nogueira - CRC-RJ nº 089.351/O-8

DIRETORIA

Diretor Presidente: Luciano Snel Corrêa.

Diretores: Alexandre Petrone Vilardi - Cesar Luiz Salazar Saut - Mário José Gonzaga Petrelli

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2018

INTRODUÇÃO: O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e das controladas diretas Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Vanguardacap Capitalização S.A., e das controladas indiretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "empresas"), funciona de acordo com as regras da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especialmente a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015. O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração (i) na revisão das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, os relatórios da Administração e o relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras, (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias, (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes, (iv) na atuação da auditoria interna e (v) no gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração das empresas a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração das empresas, dos auditores independentes, dos auditores atuariais independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e verificações efetuadas pelo Comitê. **ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO: EM 31 DE DEZEMBRO**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a

este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

autorizadas a funcionar pela SUSEP, e correspondentes relatórios da Administração e dos auditores independentes. - Reuniões com o Presidente e outros membros da Diretoria, quando apresentou sugestões para o aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos. **CONCLUSÕES:** Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos relatórios dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 da Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. Ainda, no cumprimento de suas atribuições, e observando o disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no Regulamento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativas internas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019

Manuel Luiz da Silva Araújo

Presidente do Comitê

Natal Júlio De Luca

Membro do Comitê

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo

Membro do Comitê.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e

dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Icatu Seguros S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. Joel Garcia - Atuário MIBA 1131. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48. CNPJ: 02.668.801/0001-55. Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. - 04711-904 - São Paulo - SP - Brasil.

Anexo I - Icatu Seguros S.A. (Em milhares de Reais)		
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro		31/12/2018
Total de provisões técnicas	26.064.961	
Total de provisões técnicas auditadas (*)	25.926.232	
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	27.718	
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)		31/12/2018
Provisões Técnicas Auditadas (a)	25.926.232	
Ajustes do TAP (b)	110.968	
DPVAT (c)	138.729	
Valores redutores (d)	96.403	
Total a ser coberto (a+b+c-d)	26.079.526	
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios		
3. Demonstrativo do Capital Mínimo		31/12/2018
Capital Base (a)	15.000	
Capital de Risco (CR) (b)	330.568	
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	330.568	
4. Demonstrativo da Solvência		31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	568.539	
Exigência de Capital (CMR) (b)	330.568	
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	237.971	
Ativos Garantidores (d)	26.437.265	
Total a ser Coberto (e)	26.079.526	
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	357.739	
Ativos Líquidos (g)	357.739	
Capital de Risco (CR) (h)	332.882	
Índice de Liquidez em relação ao CR %* (g / h)	107%	
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.		
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)		31/12/2018
0980, 0990, 1380, 1390	400	
1329, 1383, 1384, 1391	1.200	
0977, 0982, 1061, 1198, 1381	2.000	
0929, 0984, 0987, 0993, 2293	6.000	